

CARMINDA CAVACO (\*)

### A PLURIACTIVIDADE NA PEQUENA AGRICULTURA PORTUGUESA

A estrutura dimensional da nossa agricultura caracteriza-se pelo predomínio acentuado da pequena exploração. Nos finais dos anos sessenta, correspondiam às explorações inferiores a 4 ha, 77,7% do número e 14,9% da área agrícola. Destas, 38,3% situavam-se no escalão 0,05-1 ha e 38,9% no de 1-4 ha, a que cabiam, respectivamente, 2,5% e 12,4% da área total <sup>(1)</sup>. Em termos de dimensão económica, expressa pelo PAB, 35% das explorações tinham valores acrescentados inferiores a 10 mil escudos, 24,4% de 10 a 20 mil e 14,9% de 20 a 30 mil escudos: a cada grupo correspondiam, na mesma ordem, 6,3%, 10,5% e 10,5 do PAB total <sup>(2)</sup>.

Embora a estrutura agrícola melhore sensivelmente quando se passa da dimensão física para a económica — a 78% de explorações de menos de 4 ha cabiam 14,9% da área, mas a 74,5% de explorações com produto inferior a 30 mil escudos, 27,3% do PAB — existia um número bastante elevado de explorações pequenas e muito pequenas, complementares <sup>(3)</sup>, não autónomas <sup>(4)</sup> ou residuais. Umas mantinham-se à

(\*) Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

<sup>(1)</sup> *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1968* (INE).

<sup>(2)</sup> Francisco Cordovil, *Estrutura das Explorações Agrícolas. O Produto Agrícola Bruto como instrumento de análise e determinação. Ensaio para 1968-70*, Oeiras, CEEA, I.G.C., 1979.

<sup>(3)</sup> São aquelas em que o produtor e/ou as pessoas do seu agregado doméstico trabalham a maior parte do tempo em actividades remuneradas fora da sua exploração, isto é, conseguem executar todas as tarefas da sua exploração apenas com uma pequena parte do tempo do seu trabalho diário. Estas actividades predominantes podem ser exercidas na agricultura ou noutro sector.

<sup>(4)</sup> São aquelas em que o produtor e/ou as pessoas do seu agregado doméstico trabalham a maior parte do tempo na sua exploração, mas também executam trabalhos remunerados fora da exploração.

custa de receitas de trabalho obtidas exteriormente (pluriactividade do chefe de família e de outros membros do agregado doméstico); outras, pelas ajudas monetárias recebidas de familiares distantes, na cidade ou no estrangeiro, e por reformas e pensões de velhice e invalidez (plurirrendimento); muitas outras subsistiam pela aceitação pelos respectivos empresários e familiares de níveis de vida muito baixos e acentuado subemprego da força de trabalho humano disponível, porque sem elementos suficientemente jovens e audaciosos para se aventurarem a partir para outros meios e sem outras oportunidades locais de emprego remunerado e de trabalho lucrativo.

#### 1. DIVERSIDADE DE SITUAÇÕES REAIS

Foi neste colóquio já evocada, para uma pequena aldeia da «terra fria» trasmontana, próxima de Bragança e da fronteira (6) e muito tocada pela emigração dos anos sessenta, a «relevância económica da *não-agricultura* local», fonte de importantes receitas e poupanças. No passado, como hoje, poucas famílias agricultoras da aldeia viviam apenas da sua agricultura, à base de cereais, batata, gado bovino e suíno. Entre as actividades não propriamente agrícolas, foram então referidos o comércio por grosso (gado; produtos vegetais vários) e a retalho, a prestação de trabalho mecânico com máquinas agrícolas próprias, a extracção dum areal, os transportes, designadamente com carros de bois e cada vez mais com tractores, os ofícios e o artesanato, a construção civil e obras públicas, o contrabando, etc. Além disso, muitas famílias agrícolas acumulam os rendimentos da sua exploração com as remessas de familiares emigrados, os juros de depósitos bancários a prazo, as pensões e os subsídios sociais.

Este exemplo evidencia claramente a complexidade das formas de pluriactividade e de plurirrendimento de espaços rurais bastante marginais aos de desenvolvimento urbano e industrial do nosso país, e o seu papel na retenção dum mínimo de população e de clientela do comércio, serviços e equipamento, que a agricultura só por si dificilmente justificaria, e que fazem com que, em cada Verão, a aldeia seja atractiva aos olhos dos que dela partiram para ganhar a vida noutros lugares.

---

(6) José Portela, *Fragueiro. Notas sobre a agricultura local*, em impressão neste mesmo número da Revista.

Por todo o interior do país há muitos outros casos semelhantes. Mesmo em áreas urbanas e periurbanas quase sem industria, a pluriactividade e o plurirrendimento apresentaram-se diversificados, como ocorre na região de Beja, segundo os dados duma sondagem feita, a nosso pedido, junto dos pais dos alunos da escola secundária desta cidade <sup>(6)</sup>. Entre 25 pluriactivos, cultivando, por sua conta e nos tempos livres, pedaços de terreno, próprios, de familiares, de estranhos ou da Câmara, fundamentalmente para autoconsumo e alimentação de algumas galinhas e coelhos, contavam-se 8 trabalhadores rurais, 1 vaqueiro, 1 tractorista, 1 cantoneiro, 1 funileiro, 1 electricista, 3 motoristas, 1 carteiro, 1 telefonista, 1 porteiro, 1 guarda fiscal, 1 escriturário, etc.

Na fachada ocidental, privilegiada em termos de desenvolvimento económico e social e de oportunidades de trabalho não agrícola, a pluriactividade ganha maior dimensão e significado. A Horta de Cernache <sup>(7)</sup>, a sudoeste de Coimbra, exemplifica uma área de horticultura periurbana, de pequenas explorações intensivamente cultivadas e produzindo para o mercado citadino próximo, e de agregados familiares em que alguns membros apenas trabalham a terra a tempo parcial, por terem dado preferência a empregos não agrícolas, estáveis ou tidos como tal, e assegurando receitas regulares, indiferentes aos caprichos do tempo e aos preços dos comerciantes e consumidores. «As suas courelas continuam a ser cultivadas. Depois do trabalho na cidade, vêm 'correndo' para casa, aproveitando as horas de dia que ainda lhes restam, para executar algumas das tarefas que mais urgem. À tardinha, assim como aos sábados, os campos de Cernache fervilham numa actividade intensa» <sup>(8)</sup>. As famílias totalmente dependentes da agricultura raramente representam 1/3 das residentes, e nalguns lugares, menos de 15% <sup>(9)</sup>.

A periferia de Lisboa constitui um outro espaço rico de formas de pluriactividade envolvendo a agricultura, pela degradação desta actividade perante a forte concorrência urbana sobre a força de trabalho e o espaço, e pelo interesse da população activa do secundário e terciário de mais modestos recursos e de origem provinciana e rural, em fazer um pouco de agricultura de autoconsumo, sempre que possa dispor de terreno, mesmo transitoriamente, sobretudo perante o enca-

---

<sup>(6)</sup> Ver inquérito, em anexo.

<sup>(7)</sup> Maria de Lurdes Roxo, *A Horta de Cernache. Um espaço rural periurbano*, Coimbra, 1978 (policopiado).

<sup>(8)</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>(9)</sup> *Idem*, p. 98.

recimento da alimentação e a crescente pressão sobre os salários provinda de aspirações familiares diversas, como a aquisição de electrodomésticos <sup>(10)</sup>.

Com o aumento da distância às grandes cidades e aos seus empregos e a diminuição da pressão extra-agrícola sobre a terra, a agricultura ganha maior significado sócio-económico, pelo menos em termos relativos, mas não desaparecem as diversas formas de pluriactividade. Vejamos, muito concretamente, algumas situações familiares, objecto de entrevistas e inquéritos recentes, na região de oeste e norte do concelho de Mafra, já marginal à de influência directa e acentuada da cidade de Lisboa <sup>(11)</sup>. Esta constitui, todavia, o principal mercado da produção agrícola, designadamente das hortaliças, frutas e vinho, alcançado sobretudo através de intermediários. As migrações pendulares que polariza são, porém, de reduzido volume. Neste concelho predomina esmagadoramente a pequena e muito pequena exploração familiar (quadro I) de algum autoconsumo mas acentuada especialização mercantil, vegetal e animal, com destaque para os ramos bovino, de carne e de leite, suíno e avícola. Nas micro-explorações, a criação animal à base de rações constitui muitas vezes o percurso seguido para aumento da empresa em termos económicos e sociais (força de trabalho empregue), se bem que com importantes riscos (preços dos animais; custos das rações). Noutros casos, e também nestes, a satisfação das necessidades económicas e das aspirações modernas de consumo e bem-estar é procurada através da pluriactividade, sem abandono da agricultura mas subordinando-a ao tempo deixado livre pelas outras ocupações mais lucrativas e às disponibilidades de trabalho da mulher e dos membros muito jovens ou já idosos do agregado doméstico. Algumas famílias ainda complementam as suas receitas agrícolas com actividades recolectoras, entre as quais ganhou recentemente relevo a apanha e venda de caracóis, a intermediários ou na feira da Malveira.

São exemplos regionais da diversidade de situações de pluriactividade envolvendo a população rural com agricultura, os seguintes:

F, 40 anos, casado, 4.<sup>a</sup> classe, 3 filhos, *guarda do Convento de Mafra*. Com a ajuda da mulher e da filha, cultiva 0,2 ha, de batata e outras hortícolas. Possui limoeiros e pessegueiros

---

<sup>(10)</sup> Carmina Cavaco, *A Pequena Agricultura de Complemento na Periferia de Lisboa*, E.G.H.R., C5, Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, Lisboa, 1981 (policopiado).

<sup>(11)</sup> Realizados, sob a nossa orientação, por António Jorge Fernandes Costa.

## QUADRO I

DIVISÃO DA TERRA AGRÍCOLA, SEGUNDO A DIMENSÃO DAS EXPLORAÇÕES (%), POR FREGUESIA: 1980

Freguesias	< 1 ha	1-4 ha	> 4 ha
Azueira	43,2	44,9	88,1
Carvoeira	32,9	49,3	82,2
Cheleiros	27,7	63,9	91,6
Encarnação	22,7	57,3	80,0
Enxara do Bispo	25,6	53,7	79,3
Ericeira	48,9	38,2	87,1
Gradil	36,1	49,7	85,8
Igreja Nova	26,3	46,9	73,2
Mafra	35,7	51,7	91,4
Malveira	41,7	42,3	94,0
Milharado	35,7	50,9	86,6
S.to Estêvão das Galés	31,1	45,8	76,9
Santo Isidoro	30,0	53,6	83,6
Sobral da Abelheira	23,6	61,4	85,0
Vila Franca do Rosário	58,7	28,0	86,7

e produz vinho. A mulher vende os excedentes do autoconsumo no mercado de Mafra.

F, 38 anos, casado, 4.<sup>a</sup> classe, 3 filhos, natural de Barrancos. Fixou-se em Mafra após o serviço militar, como *guarda-florestal da Tapada*. Cultiva 0,2 ha cedidos pela administração desta, nas horas vagas e para autoconsumo. Cria alguns porcos, galinhas e coelhos, que consome e vende. Deseja comprar uma courela, que cultivará a tempo parcial até à reforma.

F, 47 anos, casado, 4.<sup>a</sup> classe, 3 filhos (já empregados na indústria), *pedreiro* e proprietário de 1 ha, na Igreja Nova, outrora de trigo e actualmente de horta, cuja produção vende a comerciantes locais. Para o cultivo, conta com a ajuda da mulher e jornaleiros recrutados ocasionalmente.

F, 36 anos, casado, 4.<sup>a</sup> classe, 2 filhos, *operário electricista e agricultor*, por conta-própria, de 2 ha em Cheleiros, com horta e pomar. Cultiva com a ajuda da mulher (operária) e do pai, que é apenas agricultor.

F, 30 anos, solteiro, 4.<sup>a</sup> classe, *carpinteiro* da FOC (móveis, em Mafra) desde os 22 anos, vivendo com os pais (tractarista; agricultura), que ajuda no cultivo de 2,2 ha em Cheleiros, propriedade da família, com horta, vinha e pomar, de rendimento. Não quis continuar apenas na agricultura, porque lhe pareceu insuficiente, mas admite que tivesse sido preferível: «não tinha chefes nem patrão».

F, 41 anos, casado, sabe ler e escrever, 1 filho na tropa, *servente* na Adega Cooperativa da Azueira. Cultiva 0,27 ha de terra, arrendada a proprietários das Antas por dois mil e quinhentos escudos por ano. Fá-lo com a ajuda da mulher, que é doméstica. Semeia cereais e hortaliças para consumo e venda a comerciantes. Foi assalariado agrícola mas prefere ser *servente*: aqui tem ordenado certo e quando assalariado chegou a estar mais de três meses sem trabalho.

F, 41 anos, casado, analfabeto, 1 filho assalariado rural, tal como a mãe, e 1 filha costureira. Ele, *servente* da Adega Cooperativa da Azueira, cultiva desde há 4 anos, 0,17 ha arrendados àquela por 2.500\$00 por ano. Semeia milho e hortícolas com a ajuda da mulher, do filho e dum irmão, para consumo e venda.

F, 61 anos, casado, analfabeto, *jardineiro* do Hotel de Turismo da Ericeira. Cultiva, com a ajuda da mulher (no Verão esta é *servente* daquele hotel), 0,07 ha arrendados, juntamente com a casa onde mora, e 0,02 ha também próximos, que estavam abandonados. Neles produz hortícolas e laranjas, que vende a comerciantes e à beira da estrada.

F, 32 anos, casado, 4.<sup>a</sup> classe, 3 filhos, *motorista*. É proprietário de 0,1 ha em Santo Isidoro, onde cultiva hortícolas, flores e citrinos, para autoconsumo e venda. Aceitou ser *motorista* porque a agricultura não lhe dava para viver.

F, 30 anos, casado, 4.<sup>a</sup> classe, 2 filhos, proprietário e cultivador, em sociedade com um irmão, de 3 ha de horta e vinha de mesa no Gradil. Possui um *tractor*, com o qual realiza trabalhos para outros agricultores, os quais lhe rendem bastante mais do que a sua agricultura, que vai passando para plano secundário.

F, 53 anos, casado, sabe ler e escrever, 4 filhos que trabalham em Lisboa. É agricultor-rendeiro de 2 ha, onde cultiva hortícolas e melão, para o mercado. Também *vende à beira da estrada*. «Cultiva a terra porque é o que sabe fazer».

F, 39 anos, casado, sabe ler e escrever. Possui e cultiva 0,4 ha, com alguns pessegueiros, no Safarujo. É *vendedor no mercado da Ericeira*. Trabalha a terra, com a mulher, à tarde, quando vem do mercado, e mesmo à noite, se for preciso. Por vezes, também vai vender para a beira da estrada, junto da praia de S. Lourenço.

F, 41 anos, casado, 4.<sup>a</sup> classe, 2 filhos estudantes, agricultor e *comerciante*, possuidor de 3 ha de terra de cultivo arvense, vinha e eucaliptos. Trabalha-a nos tempos livres, com a ajuda dum cunhado.

F, 41 anos, casado, curso médio, 2 filhos estudantes. É *gerente bancário* e reside em Lisboa. Em 1973, adquiriu 0,1 ha

de pinhal e mato, onde cultivava actualmente hortícolas e fruta, nos fins de semana e nas férias, com a ajuda da família e dum vizinho rural, para autoconsumo e por distração, que «acaba por ser cara, pois se fizesse as contas com o seu trabalho, mais valia comer nos restaurantes».

F, 34 anos, casado, advogado em Mafra, natural de Lisboa. Possui 0,15 ha na Achada, antes de pinhal e actualmente com horta, árvores de fruto e vinha de enforcado. Trabalha a terra aos fins de semana, com a ajuda da família e, esporadicamente, dum cavador. Fá-lo por distração e gosto, quase por «brincadeira».

F, *engenheiro agrónomo* do MAP, proprietário de 15 ha no Gradil, por herança da família, que explora por conta-própria. A propriedade possui vinha, olival, eucaliptal, pomar de citrinos, terra limpa e um estábulo com 120 vacas leiteiras, em sociedade com outro empresário. Emprega 8 trabalhadores permanentes.

De todas estas entrevistas — que não esgotam as diferentes situações, mesmo a nível regional — sobressai uma grande diversidade de combinações profissionais envolvendo a agricultura e uma grande complexidade de motivações: as mais comuns parecem resultar da pequenez de muitas explorações; da impossibilidade ou desinteresse (riscos e baixa rentabilidade dos investimentos possíveis) em as dilatar, em termos de superfície (compra e arrendamento de terras), de receita e de emprego (intensificação do sistema de produção e dos cultivos); da insuficiência dos rendimentos auferidos do trabalho da terra como empresário e sobretudo como ajuda familiar (sem remuneração certa); da sua disparidade perante os verificados nas outras profissões; das diversas possibilidades de emprego extra-agrícola dos rurais, mesmo tendo em conta o seu baixo nível de instrução; da vida de relação que estas proporcionam, etc. Noutros casos, houve o simples retomar da exploração duma herança fundiária que se preza para a velhice e se procura transmitir aos descendentes. Mais raramente, a actividade agrícola foi escolhida por cidadãos das classes superiores, com fins recreativos, de realização pessoal ou lucrativos.

Tais situações não são novas nem originais do nosso país <sup>(12)</sup>, embora tenham conhecido considerável expansão

---

<sup>(12)</sup> Carminda Cavaco, *A agricultura a tempo parcial: expansão, diversidade e significado económico, social e geográfico*, Revista *Economia* (em impressão), Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1981.

com a abertura do meio rural, o desenvolvimento e diferenciação das ocupações não agrícolas, o valor crescente da relação homem/terra, a mecanização de algumas tarefas do campo, a dispersão industrial e dos serviços (acessibilidade dos empregos não agrícolas), mesmo quando sazonais (sua relação com os tempos mortos do calendário agrícola), e a superior retribuição monetária do trabalho não agrícola.

## 2. PRINCIPAIS REGIÕES DE PLURIACTIVIDADE

Embora a pluriactividade dos agricultores seja comum a diferentes tipos de regiões, como vimos pelos exemplos anteriores, numa alcança intensidades e diferenciações superiores. Para 1968, podemos apreciá-las, por distritos e concelhos, tomando como base a informação do Inquérito às Explorações Agrícolas. Este faculto dados referentes à dupla actividade dos chefes das famílias agrícolas e às ocupações e fontes de rendimento dos agregados domésticos praticando agricultura, se bem que sem quantificação dos tempos consagrados às diferentes actividades e das receitas respectivas. Não nos importam aqui as famílias agrícolas com subemprego regular ou sazonal da sua força de trabalho, de grande significado na agricultura a tempo parcial e nas regiões de explorações familiares pequenas e muito pequenas e de actividades quase exclusivamente agrícolas, sobretudo nas de acentuado envelhecimento da população, com reformados e pensionistas (capacidade de trabalho reduzida; campos abandonados ou cultivados cada vez mais extensivamente). Também não nos importam neste colóquio os empresários agrícolas pluriactivos com grandes explorações latifundiários ou capitalistas, a que alguns autores reservam a designação de «agricultura a tempo parcial dos ricos».

Limitar-nos-emos, pois, à pluriactividade nas explorações pequenas e médias. A sua distribuição espacial é bastante contrastada, como sugere a própria dimensão média da exploração agrícola a nível concelhio, calculada — para 1968 — por Mário Pereira <sup>(13)</sup>: a isolinha de 5 ha desenhava então uma diagonal nordeste-sudoeste, de Trás-os-Montes a Lisboa; as isolinhas de 2 e 20 ha opunham claramente os minifúndios intensivos do Noroeste aos latifúndios extensivos do Alentejo.

---

<sup>(13)</sup> Mário Pereira, *A Estrutura Agrária Portuguesa (1968-1970). Suas Relações com a População e a Produção Agrícolas*, CEEA, Instituto Gulbenkian de Ciência, Oeiras, 1979, Mapa XI (pp. 156-157).

Muitas destas explorações pequenas e muito pequenas sobrevivem através da pluriactividade e/ou do plurirendimento. Aquela envolvia não apenas alguns membros do agregado familiar mas os próprios dirigentes das explorações (quadro II), principalmente nos distritos de Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa, Santarém, Setúbal, Évora, Beja e Portalegre, ou seja, distritos industrializados ou de acentuado grau de proletarização da população activa rural: para a maioria dos dirigentes com ocupação agrícola e não agrícola, a não agrícola foi considerada como principal <sup>(14)</sup>, com destaque para os distritos de Aveiro, Braga, Coimbra, Portalegre, Santarém e Setúbal; os dirigentes com ocupação predominantemente agrícola pesavam mais nos distritos de Beja, Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal. Estas distribuições sugerem a existência de diferentes tipos de pluriactividade: trabalhos não agrícolas regulares, na indústria e nos serviços, no primeiro caso; e trabalhos não agrícolas sazonais ou ocupando diariamente os tempos livres agrícolas, no segundo.

## QUADRO II

DIRIGENTES DAS EXPLORAÇÕES COM OCUPAÇÃO MISTA (%)  
(1968)

Distritos	TOTAL (agric. tempo parcial)	Predominantemente agrícola	Predominantemente não agrícola (subsidiária)
Aveiro	40	7	33
Beja	42	19	23
Braga	34	7	27
Bragança	24	12	12
C. Branco	39	16	23
Coimbra	41	13	28
Évora	50	24	26
Faro	34	15	19
Guarda	30	16	14
Leiria	39	15	24
Lisboa	50	27	23
Portalegre	55	26	29
Porto	45	5	40
Santarém	53	20	33
Setúbal	57	29	28
V. do Castelo	28	5	23
V. Real	28	14	14
Viseu	30	11	19
Continente	39	14	25

<sup>(14)</sup> Carminda Cavaco, *A Agricultura a Tempo Parcial em Portugal. Nota Introdutória*, E.G.H.R., B3, C.E.G., Lisboa, 1980 (poli-copiado).

O Inquérito às Explorações Agrícolas, de 1968, também nos indica, em termos numéricos, as explorações complementares e as familiares não autónomas. Estes valores são notoriamente mais elevados do que os anteriores, por respeitarem às actividades externas, agrícolas e não agrícolas, dos membros dos agregados familiares dos produtores e não apenas às não agrícolas dos dirigentes das explorações: abrangem, pois, todas aquelas em que o agregado doméstico do produtor compreende pessoas não responsáveis pela direcção da exploração e que trabalham noutras explorações ou noutros sectores de actividade mas que também colaboram, mais ou menos intensamente, no trabalho da exploração em que vivem. O quadro III dá-nos a sua distribuição distrital: sobressaem os distritos de Porto, Braga, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria e Santarém, e também os de Vila Real, Castelo Branco, Lisboa, Setúbal e Faro, industrializados, de colonização foreira, de emigração, de migrações sazonais e de assalariados agrícolas.

### QUADRO III

#### DISTRIBUIÇÃO DAS EXPLORAÇÕES FAMILIARES COMPLEMENTARES E NÃO AUTÓNOMAS

Distritos	N.º de explorações familiares complementares	N.º de explorações familiares não autónomas
Aveiro	12 240	10 632
Beja	4 319	2 320
Braga	10 093	8 311
Bragança	3 939	4 389
C. Branco	8 612	7 149
Coimbra	9 081	10 104
Évora	2 706	677
Faro	5 214	4 872
Guarda	3 726	4 089
Leiria	10 703	8 791
Lisboa	9 381	5 757
Portalegre	4 548	1 998
Porto	14 815	5 570
Santarém	12 302	7 078
Setúbal	6 068	2 081
V. do Castelo	2 125	4 260
V. Real	4 130	5 172
Viseu	7 612	10 021
Continente	131 614	103 271

Por concelhos, e considerando apenas as explorações inferiores a 20 ha <sup>(15)</sup>, verificam-se valores percentuais mais elevados de explorações complementares nalguns da Estremadura e do Ribatejo, noutros do Alentejo e da região de Braga - Porto - Aveiro, bem como nos concelhos de Manteigas, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Castanheira de Pera e Silves; e valores altos de explorações não autónomas, em concelhos da Beira Litoral, nos do Montijo, Monchique e Tavira e noutros de Trás-os-Montes, Beira Baixa e Baixo Alentejo (fig. 1) <sup>(16)</sup>. Ressaltam, pois, concelhos residenciais, industriais, piscatórios, de colonização foreira, de migrações sazonais, de assalariados agrícolas, etc. Em oposição, a autonomia prepondera tanto nos concelhos mais pobres e de êxodo, onde escasseiam as oportunidades de ganhos fora das próprias explorações (concelhos da fronteira nortenha, da Beira Alta, da Beira Trasmontana e da região serrana do distrito de Coimbra), e nos de agricultura rica e/ou boa representação da classe de 4-20 ha (concelhos do Baixo Algarve, com pomar de sequeiro, citrinos, hortas e cultura intensiva de primores). No Alentejo, as explorações autónomas identificar-se-ão provavelmente com as de seareiros, de produtores agro-pecuários para o abastecimento dos mercados urbanos próximos (hortícolas) e distantes (leite) e de produtores com olival e vinha.

A distribuição espacial dos produtores com actividade agrícola e não agrícola (fig. 2 e 3), confirma as principais áreas de pluriactividade evidenciadas pela análise precedente. Por sua vez, as explorações em que o chefe de família as não trabalha por estar ausente no estrangeiro (fig. 4) ou por trabalhar no país mas fora da região (fig. 6), bem como o número de explorações dirigidas por mulheres (fig. 7) e o das predominantemente de autoconsumo (fig. 8) constituem outros indicadores válidos da pluriactividade e/ou do plurirendimento, à escala concelhia.

O confronto com a fig. 9, referente ao conjunto das explorações de 20 e mais hectares cujo chefe as não trabalha, também confirma a atracção dos empregos urbano-industriais (concelhos dos distritos de Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra e

---

<sup>(15)</sup> Embora o grau de confiança e o detalhe da informação do Inquérito às Explorações Agrícolas de 1968 diminuam bastante quando se passa do distrito para o concelho, procurámos analisar, à escala concelhia, as ordens de grandeza das incidências espaciais da pluriactividade interessando a agricultura.

<sup>(16)</sup> Carminda Cavaco, *A Agricultura a Tempo Parcial: Expansão, Diversidade e Significado Económico, Social e Geográfico*, Revista *Economia*, Universidade Católica Portuguesa (em impressão).

Leiria, da região de Lisboa e os de Portimão, Lagoa e Faro), a emigração para o estrangeiro (concelhos dos distritos de Viana do Castelo e Vila Real e da região da Beira Baixa) e migrações de trabalho para outros concelhos do país (vale do Douro, Cordilheira Central e sua periferia, etc.).

O carácter complementar de algumas explorações de 20 e mais hectares (fig. 10), difícil de apreender por se não dispor de adequada informação estatística, sugere porém, localmente, a forte atracção dos empregos urbanos mesmo entre empresários agrícolas que, pela superfície de que dispõem, se não podem considerar pequenos (região de Setúbal e concelho de Coimbra, por exemplo), e ao mesmo tempo, a relatividade do valor da área na apreciação das estruturas agrárias e a inferioridade geral da agricultura perante as restantes actividades, secundárias e terciárias, mais prestigiantes, lucrativas, seguras e «suaves».

#### REMATE

Também entre nós «a dupla actividade é ainda um fenómeno desconhecido. Ignora-se a diversidade das suas manifestações, os seus efeitos directos e induzidos, as suas condições de êxito, os seus riscos e os seus perigos»<sup>(17)</sup>, e até a sua amplitude, em termos demográficos, económicos, sociais e espaciais. A informação estatística de que se dispõe continua muito insuficiente e o estudo do fenómeno da pluriactividade envolvendo os agricultores permanece também incipiente, apesar do surgimento relativamente recente de algumas investigações específicas, em curso ou com resultados já publicados. No entanto, de imediato sobressai a contribuição da dupla actividade para a manutenção do povoamento de certas áreas, limitando o êxodo rural a valores menos excessivos, que de contrário teria efeitos graves nos meios agrícolas e urbanos (efeitos económicos e sociais), e as suas potencialidades no desenvolvimento rural integrado. Daí a importância dum conhecimento mais aprofundado e global, que permita avaliar não só a marginalização no processo de desenvolvimento económico da pequena exploração predominantemente de autoconsumo e ainda muito autárquica, mas também a crescente inferioridade económica da exploração familiar modernizada e orientada fortemente para o mercado, perante as explorações maiores, com economias de escala, além da pro-

---

<sup>(17)</sup> Henri de Farcy, *Un Million d'Agriculteurs à Temps Partiel?*, Paris, 1979, p. 147.

gressiva inferioridade social da maioria das explorações familiares, inclusivé a não paridade de rendimentos das famílias cultivadoras relativamente a trabalhadores agrícolas especializados (tractorista; podador, etc.), quando não a assalariados agrícolas indiferenciados, e a profissionais (não só de base) dos sectores secundário e terciário (serventes da construção civil, porteiros, contínuos, etc.) e a emigrantes de origem agrícola trabalhando no estrangeiro, em relação aos quais se definem os custos de oportunidade, por constituírem alternativas reais.

Nestas considerações finais, importa recordar, por um lado, o que o agricultor pode oferecer à nação para além dos alimentos (este é um campo de difícil concorrência futura da indústria, por a energia da fotossíntese ser gratuita) e, por outro lado, as dificuldades de adaptação da exploração familiar ao processo de crescimento económico. As medidas de intervenção em apoio da pequena exploração familiar e da pluriactividade rural deverão pois ser consideradas conjuntamente.

A primeira questão tem sido sublinhada em numerosos trabalhos, de que referiremos somente *L'Avenir de l'Agriculture*, de J. M. Clément<sup>(18)</sup>. Afirmando que «a inércia do passado próximo sobre o futuro próximo é considerável» (p. VII) e que o ano 2000 «é ao mesmo tempo distante e terrivelmente próximo» (idem), e desenvolvendo, em vários capítulos, reflexões sobre os progressos possíveis, mesmo prováveis, nos campos mesológico, vegetal, animal, técnico, económico e humano, que se interpenetram, este autor discute, por fim, os travões culturais a uma possível generalização da alimentação à base de produtos sintéticos, e interroga-se sobre os «serviços prestados pelos agricultores ao conjunto da nação». Assim, refere, por um lado a utilização industrial de produtos vegetais e animais para fins não alimentares (perfumes, corantes, moléculas orgânicas diversas); e por outro, além das qualidades do agricultor (conhecimento do espaço e da natureza; sentido do gosto da economia; aptidões várias; valor da liberdade, etc.), a sua dispersão espacial (defesa passiva em caso de ataque nuclear e mesmo de subversão), a compensação das concentrações urbanas (poluição; problemas de circulação e barulho; investimentos), a manutenção duma actividade económica em certas zonas, a de um espaço de repouso, férias, ensino, criação artística, literária e científica, a preservação dos sítios e das riquezas naturais (luta contra a

<sup>(18)</sup> J. M. Clément, *L'Avenir de l'Agriculture. Essai sur les techniques modernes*, Paris, 1969.

erosão, manutenção da fertilidade dos solos, equilíbrios biológicos, etc.), o ordenamento e a conservação da paisagem e as vantagens duma natalidade superior à média (evitando catástrofes demográficas, enquanto as estruturas etárias rurais forem normais»<sup>(19)</sup>).

A crise da agricultura familiar perante o crescimento económico foi, por sua vez, estudada com importante detalhe em áreas exemplificativas do país vizinho: Lérida, Lugo e Palência<sup>(20)</sup>. Na exploração familiar, e relativamente às maiores explorações, a mecanização (aumento da produtividade do trabalho e mesmo da terra, designadamente pela maior oportunidade temporal dos trabalhos culturais) é mais difícil (não disponibilidade dos capitais necessários), economicamente menos viável (emprego inútil e subemprego da maquinaria de uso individual) e com maiores riscos de endividamento; a introdução de novas tecnologias e do «know-how» moderno é mais lenta, e é mais limitado o conhecimento do mercado. Tudo isto as torna mais vulneráveis (capitalização; especialização; dependência dos mercados dos factores e dos produtos) no processo de desenvolvimento; e acentua a sua marginalidade<sup>(21)</sup>, embora desigualmente no espaço e nas diferentes classes dimensionais das estruturas agrárias familiares (em termos físicos, de unidades de trabalho e de produção): «o próprio crescimento económico aumenta o limiar de viabilidade da exploração familiar, elevando o número de explorações marginais»<sup>(22)</sup> (economias de escala).

Mas o desenvolvimento cria novos horizontes de trabalho à população camponesa (expansão da indústria, do comércio e dos serviços): parte dela, mais jovem, emigra (êxodo rural definitivo) ou apenas muda de ramo de actividade principal (êxodo parcial agrícola e não rural). A mobilidade acentuou-se com a erosão das suas disponibilidades económicas, a diminuição do seu poder de compra e a do nível de bem estar, em termos relativos (efeito de demonstração urbana, criando novas aspirações inacessíveis) e mesmo em termos absolutos (desemprego estacional; subemprego nas explorações mais pequenas; inelasticidade da procura de produtos agrícolas; deterioração dos termos de troca), criando problemas de continuidade da exploração familiar. Daí a necessi-

<sup>(19)</sup> Idem, pp. 132-134. Veja também P. L. Leonard and C. Stoakes, «Landscape and Agricultural Change», *Conservation and Agriculture*, New York, 1977, pp. 128-135.

<sup>(20)</sup> A. Camiller, *et alii*, *Situacion y Perspectivas de la Agricultura Familiar en España*, Madrid, 1977.

<sup>(21)</sup> Idem, p. 17.

<sup>(22)</sup> Idem, p. 18.

dade de procurar receitas adicionais nas pequenas explorações que persistem: pela «dificuldade de empregar mais trabalho na própria exploração, o que implicaria intensificar os cultivos, aumentar a sua dimensão ou outros investimentos não possíveis, e por os rendimentos adicionais que se obteriam aplicando o trabalho excedente (e não só) na própria exploração serem menores que os que se obtêm trabalhando fora» (23). O agricultor familiar tende pois para a proletarização ou semiproletarização, ao passar-se da fase de «agricultura familiar clássica» à de «agricultura familiar capitalista».

A finalizar, atente-se a que, no âmbito da PAC (Política Agrícola Comum, da CEE) vão sendo tomadas medidas de apoio à modernização de explorações familiares viáveis, ao abandono da agricultura por pequenos agricultores e pelos agricultores idosos, bem como medidas de protecção à agricultura de montanha e das regiões desfavorecidas ameaçadas de abandono e despovoamento (desvantagens naturais de carácter permanente), incluindo mesmo subsídios (24). Mas a este propósito, sublinha J. Lourenço (25): «da magra margem de tolerância admitida para a agricultura a tempo parcial também poderão advir certos obstáculos, sobretudo em regiões em vias de industrialização, não beneficiárias do regime específico de ZAD (zona agrícola desfavorecida). É que o n.º 1 do art. 3 estabelece a condição de a parte do rendimento proveniente da EACD (exploração agrícola em condições de desenvolvimento) ser igual ou superior a 50% do rendimento global do empresário, bem como a de o tempo de trabalho consagrado a actividades exteriores à EACD ser inferior a metade do tempo de trabalho total do empresário». E mais adiante, recorda que a Directiva 75/268/CEE (ZAD) «contempla ainda aspectos que extravasam o domínio da agricultura, como a actividade turística e o artesanato» (26). pois tem «em vista dois objectivos principais: a) o prosseguimento da actividade agrícola (explorações com pelo menos 3 ha); b) a manutenção de um mínimo de povoamento ou a conservação do espaço natural» (27).

(23) Idem, p. 189.

(24) Veja-se J. da Silva Lourenço, *Política Agrícola Sócio-estrutural da C.E.E. Perspectivas para o desenvolvimento das regiões minifundiárias portuguesas*, Lisboa, 1981. E *Notas sobre a Comunidade Económica Europeia. Suas Instituições e Funcionamento*, Comissão de Coordenação da Região Norte, Porto, 1980. *Portugal e o Alargamento das Comunidades Europeias*, Associação Portuguesa para o Estudo de Integração Europeia, Lisboa, 1981.

(25) Obra cit., p. 30.

(26) Idem, p. 36.

(27) Idem, p. 36.

**ANEXO**

**CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS  
FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA**

NÃO SE IDENTIFIQUE

Escola Secundária de.....

1. Onde fica a exploração?.....
2. Qual o tipo de exploração?.....
  - pedaço de terreno
  - quinta junto da casa
  - parcelas várias
  - quinta
3. Dimensão da(s) parcela(s): comprimento — cerca de.....metros  
largura — cerca de.....metros
4. A quem pertence o terreno?.....
5. Há quanto tempo o cultiva?.....
6. Quais são as espécies que cultiva?.....  
.....
7. Que animais tem?.....
8. Usa estrume?..... adubos?..... água para regar?.....  
Onde a vai buscar?.....  
Que alfaias utiliza?.....
9. Porque motivos cultiva a terra?
  - porque gosta
  - para melhorar a alimentação da família
  - para ganhar mais algum dinheiro
  - outros motivos.....
10. Os produtos são todos para o consumo da família?   
ou vende?   
— Se vende, onde vai vender?
  - na rua
  - na feira
  - na praça
  - outras formas . Quais?
11. Quem faz o trabalho?
  - o marido
  - a mulher
  - os dois
  - os filhos
  - outras pessoas  Quem?

12. Cultiva durante todo o ano?  
— Só uma parte do ano?   
— Só aos fins de semana?   
— Todos os dias?
13. Qual é a principal profissão?  
pai .....  
mãe .....
14. Já tiveram a profissão de agricultor? Sim  Não   
Se sim: onde? .....  
em que condições?.....
15. Onde nasceram?  
pai .....  
mãe .....
16. Pensam continuar a cultivar a terra? Sim  Não
17. O terreno está ameaçado por irem construir? Sim  Não   
Se sim: prédios   
— ruas   
— fábricas   
— outras coisas

MUITO OBRIGADO

### LEGENDAS DOS MAPAS

- Fig. 1 — Importância das explorações agrícolas complementares e não autónomas, em % do número de explorações inferiores a 20 hectares (1968).
- Fig. 2 — Produtores com actividade agrícola e não agrícola sendo a agrícola a principal, em % do número das explorações inferiores a 20 hectares (1968).
- Fig. 3 — Produtores com actividade agrícola e não agrícola sendo a não agrícola a principal, em % do número das explorações inferiores a 20 hectares (1968).
- Fig. 4 — Explorações em que o chefe de família não trabalha na exploração por estar ausente no estrangeiro, em % do número de explorações inferiores a 20 hectares (1968).
- Fig. 5 — Explorações em que o chefe de família não trabalha na exploração por trabalhar no país mas fora da região, em % do número de explorações inferiores a 20 hectares (1968).
- Fig. 6 — Explorações cujo chefe de família não trabalha na exploração mas na região, em % do número de explorações inferiores a 20 hectares (1968).
- Fig. 7 — Explorações dirigidas por mulheres, em % do número de explorações inferiores a 20 hectares (1968).
- Fig. 8 — Explorações predominantemente de autoconsumo, em % do número de explorações inferiores a 20 hectares (1968).
- Fig. 9 — Explorações cujo chefe de família não trabalha na exploração, em % do número de explorações de 20 e mais hectares (1968).
- Fig. 10 — Explorações complementares, em % do número de explorações de 20 e mais hectares (1968).

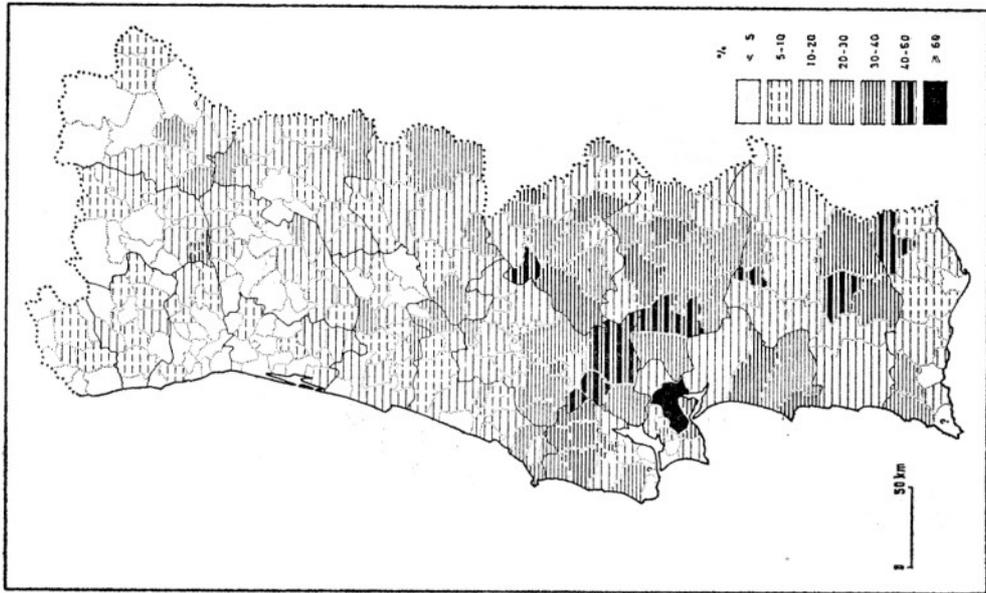


Fig. 1

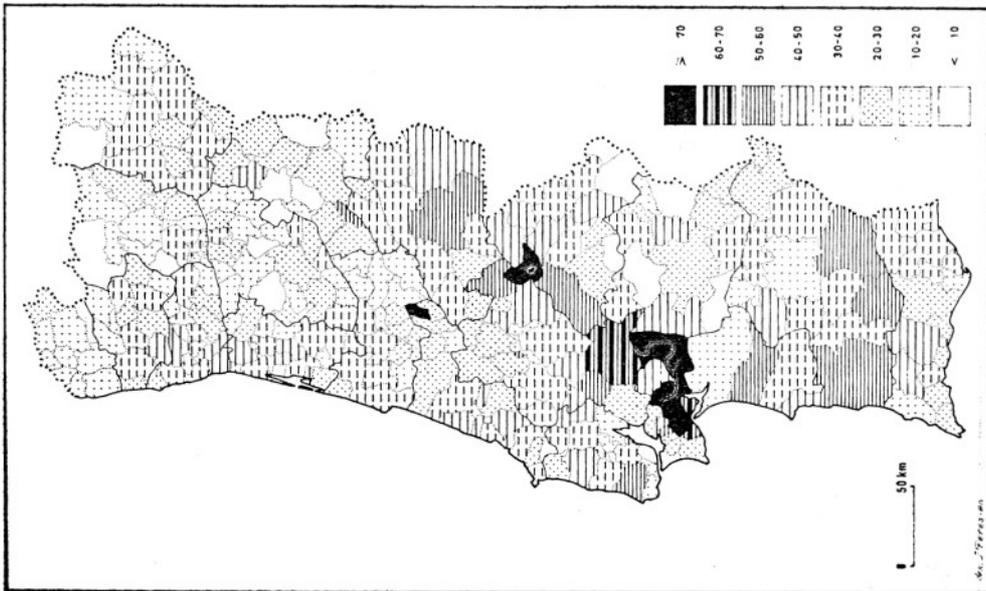


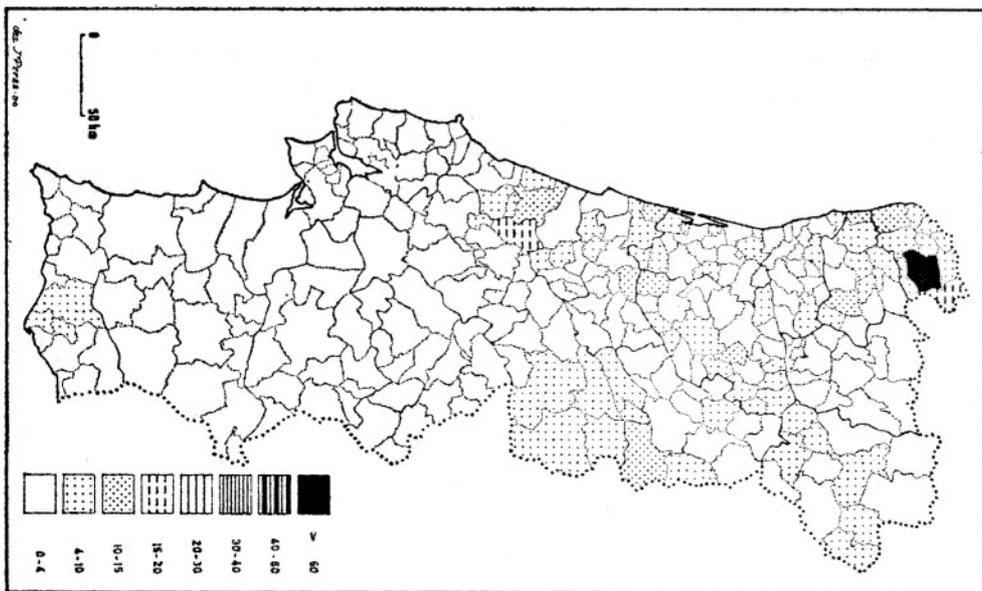
Fig. 2





Fig. 4

Fig. 3



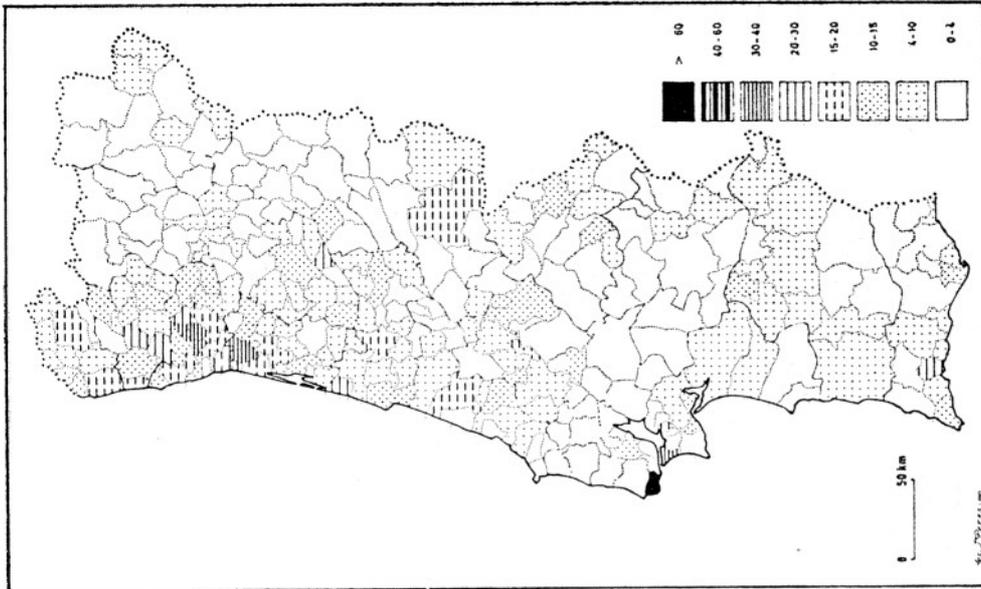


Fig. 5

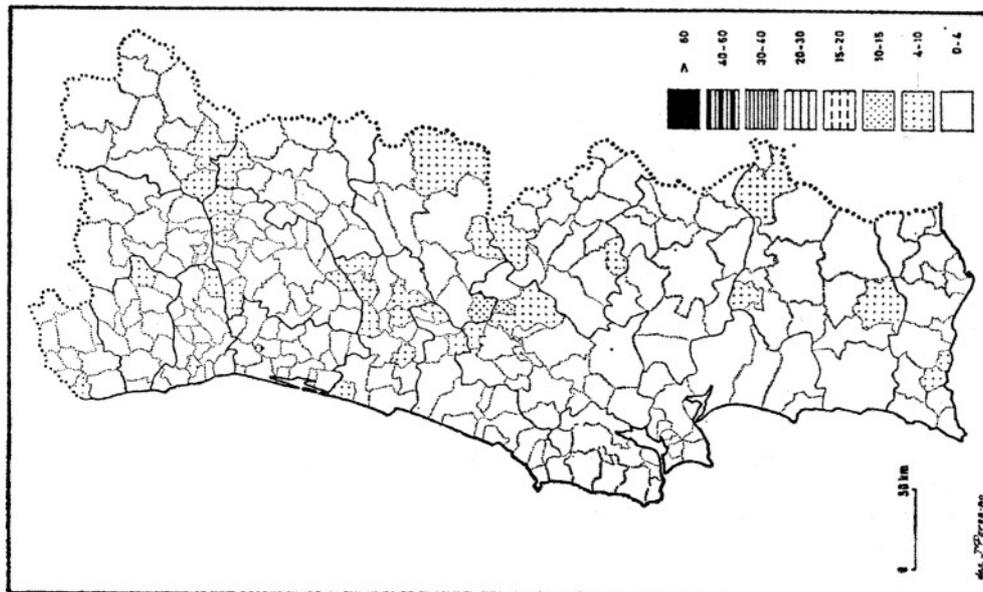


Fig. 6



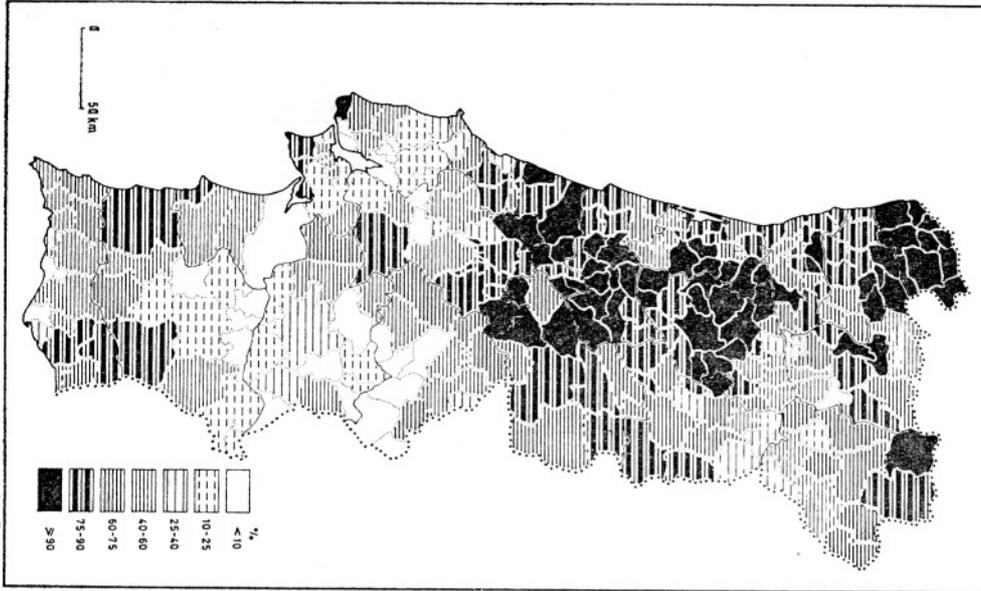
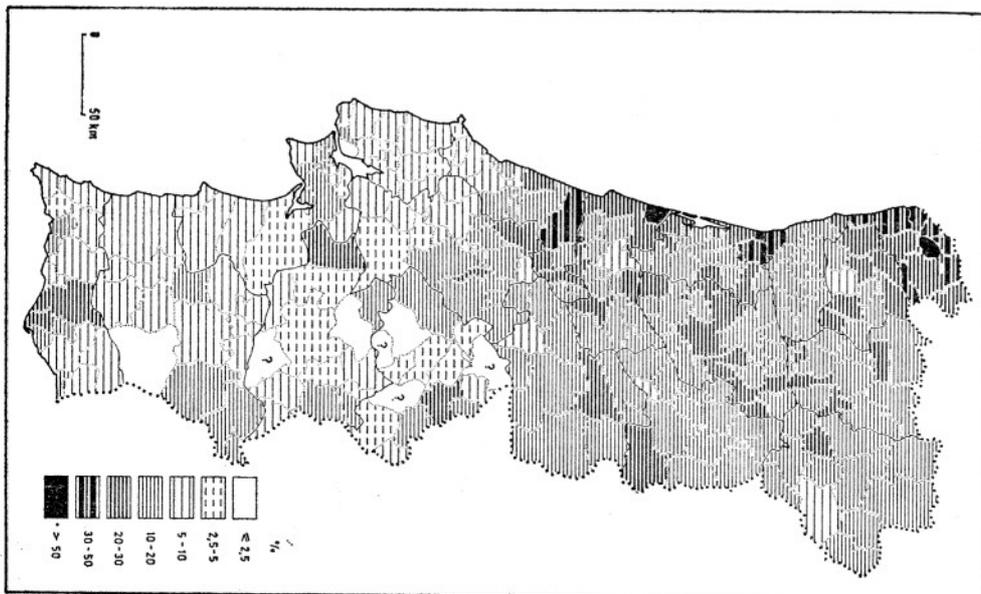


Fig. 8



Fig. 7



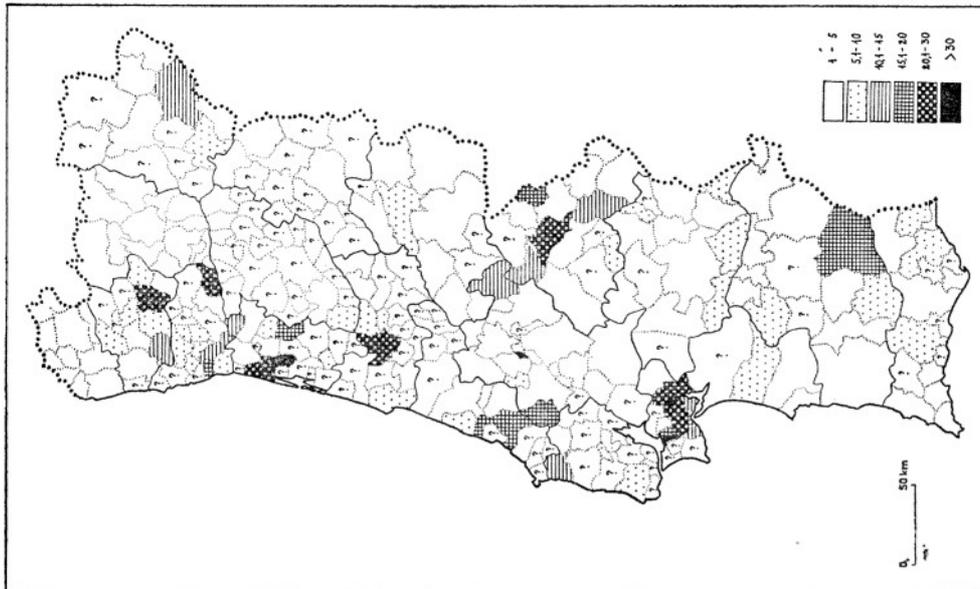


Fig. 9

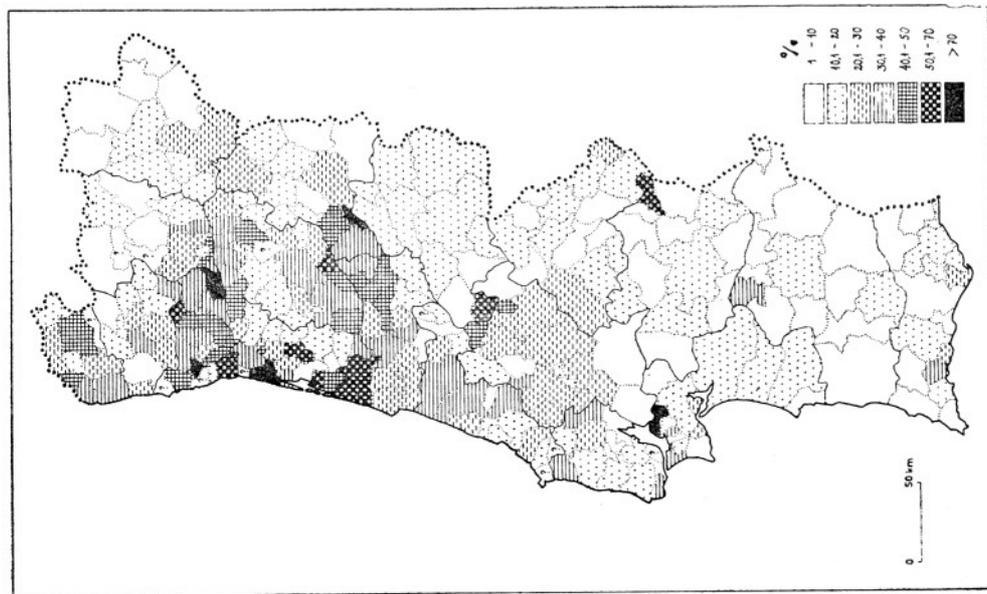


Fig. 10

